



Eixo Temático

2. Educação no Campo e Políticas Públicas

Título

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A PERSPECTIVA DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

Autor(es)

Luana dos Santos Nunes

Instituição

Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO

E-mail

angelamhidalgo@gmail.com

luana.pedagogiauni@gmail.com

Palavras-chave

Educação; Gênero; Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas

Resumo

O texto tem por finalidade apresentar elementos dos fundamentos filosóficos e políticos da proposta referente à educação para as relações de gênero, expressos pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no documento *Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero* publicado em 2005. A análise é realizada a partir de categorias que emergiram da leitura aprofundada desse referencial, a saber, “Estado” e “desenvolvimento sustentável”. Conclui-se que o Instituto incorpora em sua proposta concepções pós-modernas e que existe de sua parte a preocupação com as relações de gênero, mais precisamente o interesse de incluir as mulheres no processo de desenvolvimento rural sustentável e que a Agricultura Familiar é considerada uma estratégia, o que implica na redefinição do papel do Estado para executar essa e outras políticas que visem esse fim.

Texto Completo

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Este texto tem por finalidade apresentar elementos dos fundamentos filosóficos e políticos da proposta de educação para as relações de gênero, expressos pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no documento *Desen*

Indicamos que o referido Instituto, órgão regional da Organização das Nações Unidas (ONU) para a América Latina, ao assumir a proposta de promoção social do meio rural, a partir de meados dos anos 1970, desenvolve ações no sentido de levantar dados e programas que beneficiassem as iniciativas e o trabalho das mulheres no meio rural.

As preocupações e propostas do IICA com as questões de gênero, já num contexto de crise do capitalismo contemporâneo, que vão requerer ações articuladas em nível mundial para a promoção de alterações profundas no modo de produção capitalista, se caracterizam por assumir a defesa do desenvolvimento sustentável e por coadunar-se com as alterações em curso no papel do Estado e no desenvolvimento dos princípios da *sociedade do conhecimento*.

Apresentamos um breve histórico do IICA, desde a sua criação em 1942 com o objetivo de promoção da agricultura, passando pela incorporação, no final da década de 1970, da promoção do bem-estar rural. Indicamos que a partir deste momento, ações direcionadas à identificação das dificuldades das mulheres no meio rural e de incentivo ao trabalho destas são realizadas no âmbito do IICA, com ênfase para estas ocorrências no Brasil.

Explicitar-se-á a vinculação das propostas para as relações de gênero do IICA, com o processo mais global de alterações no papel do Estado, assim como a incorporação dos pressupostos pós-modernos da *sociedade do conhecimento* que praticam, no campo filosófico, o abandono das discussões de classe social e focam no protagonismo de segmentos específicos, tais como das mulheres, para “resolução” dos problemas da exclusão social. Apontamos neste trabalho como estas questões se expressam no documento acima mencionado.

Breve apresentação do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



O IICA foi criado em 1942, pela União Pan-Americana (atualmente OEA-Organização dos Estados Americanos) e situava-se na Costa Rica. Nos primeiros anos de sua fundação objetivava “estimular e promover o desenvolvimento das ciências agrícolas nas Repúblicas Americanas” (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA, 1979, s/p, tradução nossa). O Instituto sofreu modificações devido a duas Convenções Multilaterais, a primeira ocorreu em 1944, na qual é juridicamente reconhecido por parte de governos americanos como um organismo promotor do desenvolvimento das ciências agrícolas. A segunda acontece em 1979, ocasião em que se cria um novo órgão diretivo, a Junta Interamericana de Agricultura (JIA). Como resultado da segunda Convenção, redefinem-se suas finalidades que passam a ser “estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros no sentido da consecução do seu desenvolvimento agrícola e do bem estar rural” (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA, 1990, p.15). Nesse sentido, ocorre a mudança na nomenclatura que até então era Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e passa a ser Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA, 2012).

O Brasil se torna membro efetivo do IICA em 1964, ano do Golpe Militar, mas já existia certa relação antes do seu ingresso por meio da consulta ao acervo da biblioteca do Instituto por parte dos técnicos brasileiros e da colaboração dos técnicos estrangeiros em projetos aqui desenvolvidos. A primeira sede do IICA no Brasil se localizou no Rio de Janeiro, numa sala da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que tinha como diretor José Irineu Cabral e que se tornou representante do Instituto (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA, 1990).

Em reunião realizada na Colômbia pelos diretores do IICA foi formulada a estratégia de ação para a década de 60, para as atividades de pesquisa agrícola, educação agrícola e extensão rural. Em relação à Zona Sul, que abrange o Brasil, ficou

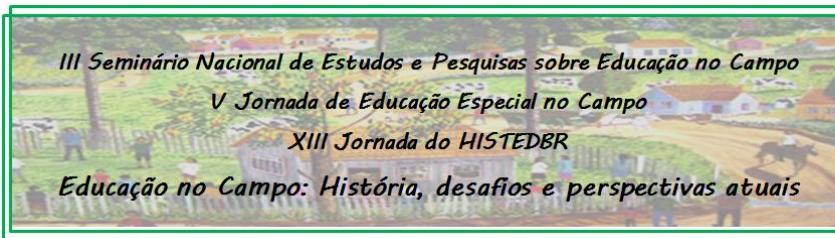


determinado o desenvolvimento das três linhas prioritárias: linha da pesquisa, linha da educação e linha de extensão rural (*idem*).

Os programas do IICA direcionados à mulher rural tiveram origem na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, intitulada Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, convocada pela ONU, realizada no México em 1975 na qual se pediu sua participação na gestão e nos benefícios do desenvolvimento. Em 1979, o IICA aprova uma verba de 360 mil dólares para implantação de projetos-pilotos para esse fim. No Brasil, o Sistema EMBRATER trabalhava com programas direcionados à mulher, que desenvolvia o *Projeto Família e Mulher Rural* por esse motivo o IICA associou-se com a EMATER de Pernambuco. Em 1980, iniciou-se a elaboração de um diagnóstico sobre a situação das mulheres em cinco municípios do Agreste Setentrional, o qual mostrou que estas não tinham acesso à terra, à água e ao crédito. Os dados colhidos serviam para identificar fontes de financiamento para os projetos criados por grupos de mulheres (*ibidem*).

Este evento promovido pela ONU, que contou com a participação do IICA, em meados da década de 1970, em que já podemos explicitar um movimento de busca da participação das mulheres do meio rural na gestão do desenvolvimento, articula-se às transformações em curso no contexto internacional de crise estrutural do modo de produção (HOBSBAWN, 1995), que por conta da transnacionalização econômica e articulada a esta, promove uma série de mudanças nos princípios organizacionais. São desenvolvidos, aprimorados, ou seja, reelaborados e veiculados, preceitos, tais como, participação, autonomia, descentralização e flexibilização (Bruno, 1997). A partir deste período são desencadeadas mudanças que atingem a capacidade e o papel dos estados nacionais em definir as políticas públicas, processos de reorganização da produção, articulados à elaboração dos princípios da pós-modernidade.

Os “anos dourados” do sistema capitalista mundial, caracterizados sobretudo por acordos entre Estado, Capital e Trabalho para a elaboração de políticas voltadas para a manutenção dos níveis de desenvolvimento econômico (HOBSBAWN, 1995), previam dentre outras medidas, a implementação de políticas sociais, implementados pelas instituições públicas, como forma de salário indireto. Por conta da crise do capitalismo



mundial desencadeada a partir do início da década de 1970, que dentre outras consequências, apresenta uma perda da capacidade dos Estados Nacionais em definir, implementar e financiar as políticas internas. Esta “incapacidade”, articulada à opção dos grupos políticos internos em adotar as diretrizes do “estado mínimo neoliberal”, ocorre devido a capacidade adquirida pelas empresas transnacionais em operar em vários países simultaneamente, fechando e abrindo unidades em diferentes países, a partir das vantagens competitivas oferecidas pelos estados nacionais. Outro elemento constituinte das alterações do Estado, relaciona-se ao papel assumido pelos organismos internacionais de elaborar e implementar políticas públicas em diferentes áreas, dentre elas as educacionais, tendo em vista criar condições locais para o desenvolvimento. Os estados nacionais assumem o papel de implementar políticas previamente definidas, em âmbito global, que Bruno (1997) chama de Estado Amplo.

A partir da década de 1970, Harvey (1992) identifica um conjunto profundo de mudanças no modo de produção capitalista, que provocam alterações radicais no regime de acumulação, do taylorismo fordismo para o regime de acumulação flexível. O processo de reestruturação produtiva, no âmbito das organizações empresariais, caracteriza-se principalmente pela constituição de redes de pequenas empresas, normalmente terceirizadas, espalhadas por diferentes países e que executam partes isoladas da produção. Estas pequenas unidades são articuladas a um núcleo central que padroniza todo o processo produtivo e distribui recursos. As formas de distribuição de poderes e de fiscalização destas organizações alteram-se, de controle do processo para avaliação do produto. São desenvolvidos princípios organizativos no âmbito das teorias organizacionais, tais como a valorização da descentralização, participação, autonomia, flexibilização (BRUNO, 1997).

Seguindo uma tendência histórica, característica do modo de produção capitalista, de validação e adoção dos princípios organizativos empresariais para a estruturação das demais organizações sociais, estes esquemas são assumidos pelas demais instituições sociais, tais como as educativas, mesmo porque representam todo um conjunto de modos de pensar e fazer assumidos pelo conjunto da sociedade tanto



nos âmbitos político, social e econômico (FELIX, 1989), que perfazem o que Harvey (1992) caracteriza como regime de acumulação flexível.

Outro elemento essencial para caracterizar e compreender estes processos de mudanças vividas na atualidade, que nos permite relacionar com as propostas do IICA para o fomento do protagonismo feminino na agricultura familiar, é o desenvolvimento dos princípios do pós-modernismo. Harvey (1992), explica que a intensidade das transformações econômicas, sociais e culturais, desenvolve um sentimento de transitoriedade, que acirra a percepção do caráter fugaz dos fenômenos conduzindo-os em direção às postulações relativistas. Este relativismo pós-moderno entra em choque e promove o questionamento de categorias fundamentais do marxismo, dentre elas, classe social. O conhecimento, agora desprovido de sua legitimação tradicional, constitui-se na principal força econômica, desprovida de privilégios sobre outras formas de conhecimento (SANFELICE, 2003).

Um dos elementos que define o sujeito na concepção pós-moderna e que desponta no discurso do IICA, refere-se ao espaço geográfico, definido como territorialidade. Defende-se que é a cultura que define os valores e as normas e institucionalidades necessárias à vida coletiva, e que estão na base da organização dos grupos. Estes elementos constituem-se a partir do suporte material fornecedora de uma das bases simbólicas da vida coletiva e são traduzidos por formas de territorialidade (CLAVAL, 1999).

Oliveira (2009) sinaliza a presença desses preceitos na definição de políticas de Estado quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Com isso estimula o discurso de uma das linhas que debate sobre o desenvolvimento sustentável, defendendo a ideia de que para alcançá-lo faz-se necessário a potencialização de um determinado desenvolvimento local, ou seja, os agricultores (denominados de agentes locais) devem pensar no desenvolvimento de seus territórios e sua realidade. Ainda segundo o autor, parece haver a tentativa de veiculação da ideologia burguesa, em sua fase neoliberal, de que é possível a “concertação social” e de que os indivíduos isolados podem definir o que acontece num determinado espaço geográfico. Quando se fala em “novo ator coletivo”



tem-se a impressão de que a tradicional divisão dos “atores” entre trabalhadores e burguesia não existe, pois se existe um “novo sujeito coletivo do desenvolvimento” desaparece a luta de classes. A noção de “desenvolvimento local” transmite a ideia de que é possível que todos esses atores, apesar de seus interesses contraditórios, pensem juntos num processo de desenvolvimento. Desse modo, os enfoques “desenvolvimento local” e “territorial” convergem com a continuidade do desenvolvimento capitalista no campo.

Esses elementos que sustentam a proposta de desenvolvimento sustentável se alinham aos pressupostos pós-modernos da dita *sociedade do conhecimento* que segundo Duarte (2008), desempenha uma função ideológica, pois objetiva enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e a luta para superá-lo ao defender a ideia de que essas questões teriam sido superadas por outras mais atuais.

O conhecimento preconizado no documento do IICA e pelos autores pós-modernos apresentam uma inversão, apontada também nos estudos de Moraes (2009), pois “faz parecer universal aquilo que lhe é particular, torna falsas teorias socialmente necessárias, arquitetando assim as condições de sua aceitabilidade, de forte poder de poder de cooptação e de produção de consensos” (p.30).

Identificamos as influências destes pressupostos nas reformulações das concepções e estratégias elaboradas pelo IICA, inclusive no que se entende por gênero. Perico; Ribero (2005), afirmam que o Instituto trabalha na elaboração de uma agenda de desenvolvimento rural baseado em processos atuais de economia e institucionalidade rural. A temática foi discutida no seminário internacional *Valor, Vigência e Projeção Contemporânea do Desenvolvimento Rural Sustentável*, realizado na Costa Rica, em 1998, cujo teor das discussões é sintetizado pelos autores:

Além de confirmar a vigência e o valor deste tema, coloca-se a necessidade de iniciar um diálogo interamericano que permita construir, em conjunto com países (setor público e privado/sociedade civil organizada) e organismos internacionais de financiamento e cooperação técnica, uma visão contemporânea do rural e do trabalho de desenvolvimento rural e combate à pobreza, assim como uma nova resposta institucional sustentada uma inter-relação efetiva tanto local como mundial (*idem*, p. 13).



Os mesmos autores apontam para a necessidade de revisão das estratégias de desenvolvimento para o mundo rural frente a uma *nova sociedade do conhecimento* que se constitui num mundo mais integrado e globalizado. Critica-se a lógica centralista dominante, que marcou a gestão de políticas públicas de desenvolvimento que teve como instrumento fundamental as políticas *setoriais* e *centralizadas*. Em contrapartida, propõe-se que as políticas sejam *territoriais* e *descentralizadas*. Este novo enfoque é o que se denomina *nova ruralidade*, entendida como “estratégia de intervenção para o combate à pobreza e às sequelas derivadas de quadro de exclusão social generalizada” (p. 15, *idem*) e que implica “incluir nas funções de crescimento e desenvolvimento aspectos até hoje excluídos, tais como [...] a equidade de gênero [...]” (*ibidem*, p.20).

Diante da perspectiva da nova ruralidade se discute o tema *gênero inclusivo* baseado em estratégias de cooperação entre homens e mulheres. Nesse prisma,

Trata-se de modificar as relações de poder, abandonando as formas tradicionais de exercer o poder ‘sobre’ (que significa dominação, subordinação, dependência do outro), para substituí-lo pelo poder ‘para’ (que implica decidir, criar e transformar idéias em ações) e pelo poder ‘com’ (que aponta para o ‘fazer juntos’); constituindo, assim, o ‘nós’ e o poder ‘interior’ (que significa, a partir da auto-estima, o respeito pelos demais, a tolerância e o saber ouvir e conhecer as necessidades próprias e as dos outros). Esse exercício de poder ‘para’, ‘com’ e ‘interior’ é fundamental na construção do capital humano e do capital social que fará possível as mudanças nas práticas produtivas, econômicas, sociais e ambientais contidas no desenvolvimento territorial sustentável (LAXALDE; BASCO, 2005, p. 112).

O IICA tem participado na elaboração e implantação de programas direcionados para as mulheres por meio de parcerias entre a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que conta com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário (NEAD). Dentre esses programas, podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Mulher (PRONAF- Mulher).

O PRONAF- Mulher foi criado durante o Plano Safra 2003-2004, instituiu um acréscimo de 50% no valor total destinado ao grupo familiar que deve ser direcionado exclusivamente para as mulheres com a finalidade de apoiar atividades agrícolas e não-



agrícolas, de forma individual ou coletiva. Entre fevereiro e abril de 2005, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu as Cirandas do PRONAF para as Mulheres, eventos de capacitação, discussão e construção de compromissos coletivos, com os objetivos de promover, ampliar e qualificar o acesso delas ao programa. Foram realizadas cinco oficinas, duas na região nordeste, uma na região Sudeste, uma na região Sul e uma unindo as regiões Centro-Oeste e Norte (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005). Optou-se por essa metodologia:

Porque interessava superar distâncias, promover intercâmbio entre os movimentos sociais de mulheres e **construir um conhecimento comum** entre governo, extensionistas, agentes financeiros, organizações não-governamentais e movimentos sociais sobre o tema do crédito e as mulheres (*idem*, p. 8, grifos nossos)

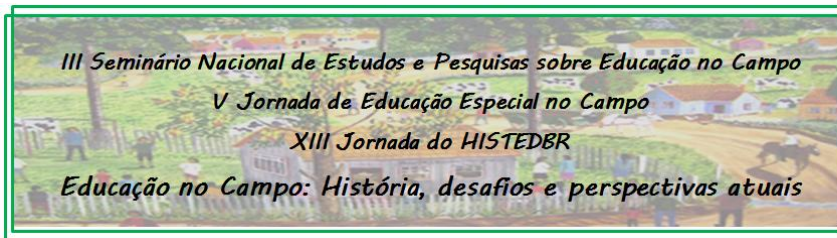
Como sinalizamos acima, existe uma dimensão educativa nesse programa na medida em que objetiva *construir um conhecimento comum*. Desse modo, as relações que estabelecemos entre as concepções do IICA no que se refere à educação voltada para as questões de gênero se situam no âmbito da educação não formal. Segundo Evangelista e Shiroma (2006), no discurso dos documentos dos organismos internacionais “entre as soluções recomendadas para o alívio da pobreza figura a educação, na forma escolarizada ou não [...] (p. 51-52)”.

Após esta breve apresentação do IICA, faremos uma análise do documento *Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de gênero*, a partir de algumas categorias que emergiram da leitura do mesmo, a saber: Estado e desenvolvimento sustentável

Análise do documento Desenvolvimento Sustentável e perspectiva de gênero

Identificamos no documento do IICA reformulações no seu pensamento no que se refere ao conceito de gênero e estas são justificadas pelas transformações mais amplas que ocorreram na sociedade. Segundo García; Gomáriz (2005), durante a segunda metade do século XX, ocorreu uma transição nas elaborações de políticas de apoio as mulheres, da estratégia da Mulher no Desenvolvimento (MED) passou-se para a estratégia de Gênero no Desenvolvimento (GED). A primeira estratégia pensava em capacitar a mulher para participar do desenvolvimento e a segunda parte da necessidade

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



de integrá-la ao conjunto social. A visão territorial¹ do desenvolvimento rural sustentável contribui no sentido da integração na medida em que aponta para a articulação e as diversificações produtivas, nessa perspectiva não existem atividades produtivas centrais (sobretudo o produto agrícola principal) que normalmente desempenhadas por homens, mas todas as atividades se tornarão importantes o que abre espaço para as atividades desempenhadas pelas as mulheres.

Para Buarque (2005), o movimento de “mudanças nos referenciais institucionais da sociedade brasileira rural” (*idem*, p. 79) no sentido da incorporação das questões de gênero tem crescido principalmente devido aos contornos que a Agricultura familiar² - por se tratar de uma “política comprometida com a perspectiva de gênero” - vem ganhando. O interesse em fortalecer a agricultura familiar tem suscitado a elaboração de políticas públicas para essa área, o que suscitou “estudos relacionados às questões técnicas e o pensar elementos que envolvem a cadeia produtiva da agricultura familiar [...]” (*ibidem*, p. 81). Ainda segundo a autora, as mulheres e as crianças são os sujeitos que se ocupam com as atividades da agricultura familiar e “elas detêm habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local e sustentável” (*ibidem*, p. 83). Ficam explícitos aqui os preceitos da sociedade do conhecimento, de valorização dos saberes, para além dos conhecimentos científicos, para a resolução dos problemas locais. Ou seja, as mulheres e crianças, já detêm as habilidades necessárias para a solução dos problemas vividos.

Pensar em políticas e estratégias para impulsionar o desenvolvimento dos territórios implica na redefinição do papel do Estado. Rodríguez (2005) afirma que existe a necessidade de estabelecer relação entre descentralização e autonomia. O Estado deve ser capaz de instrumentar a população civil e os governos locais de acordo

¹ O Brasil incorporou a Teoria do Desenvolvimento Territorial com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujos objetivos principais consistem em “articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário. As iniciativas da SDT buscam incentivar as capacidades humanas e da autogestão dos territórios rurais, contribuindo desse modo para a redução das desigualdades regionais e sociais, além da integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional” (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, s/a, s/p).

²O documento O novo mundo rural, elaborado em 1999, preconiza o fortalecimento da Agricultura familiar e define seu caráter territorial e não mais setorial (Buarque, 2005).



com os níveis de autonomia que desenvolverão. “Portanto, a distribuição do poder político é condição para o desenvolvimento territorial”. (*idem*, p. 50). E em relação às questões de gênero:

A relação entre políticas de equidade de gênero e descentralização adquire uma importância especial na atualidade, pois talvez seja o campo de ação chamado a impulsionar experiências com enfoque territorial e a estimular a geração de ferramentas necessárias para articular o enfoque de gênero. A incidência de entidades dirigentes no planejamento de políticas setoriais ficará apenas como documento se, paralelamente não desenvolver instrumentos que mudem a visão assistencialista, ou se não se conseguir caracterizá-la como um objetivo específico dentro de uma estratégia maior (*ibidem*, p. 51-52).

Na abordagem do desenvolvimento territorial o Estado continua sendo importante (BENANTE; ALMEIDA FILHO, 2007). Entretanto, a partir de meados do século XX,

Modificam-se desde as suas estruturas até o caráter de suas ações, deixando de ser o indutor do desenvolvimento econômico e passando a ser o seu regulador, alterando o seu caráter centralizador para uma forma mais suscetível e permeável a participação das diversas instâncias e organizações da sociedade civil (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 12, *apud* RAMBO; FILIPPI, 2009, p. 140.141).

O Estado passa a ser encarado como fomentador das iniciativas locais numa estratégia que promoveria o desenvolvimento, levando em conta as especificidades das comunidades nos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, num processo desencadeado de “baixo para cima”. Desse modo, os sujeitos locais podem decidir questões referentes ao desenvolvimento e participar democraticamente da elaboração de políticas públicas. Nessa perspectiva emergem conceitos como “atores e atrizes sociais”, “capital social”, bem ao gosto da perspectiva pós-moderna. Verifica-se aqui a aposta na democratização da sociedade por intermédio da participação dos sujeitos na elaboração das políticas, por outro lado, os estudos sobre os processos de descentralização no âmbito das políticas educativas (HIDALGO, 1998; GONÇALVES, 1994), indicam que o que está em curso são processos de desconcentração. No caso da desconcentração,



são transferidas para o âmbito local decisões mais operacionais, tendo em vista que os aspectos fundamentais das decisões são mantidos nos âmbitos centrais do sistema.

Montaño (2002) faz uma análise crítica acerca dos debates sobre a intervenção da sociedade civil na execução das políticas públicas eximindo o Estado da sua função. Este processo não ocorre somente por motivos de eficiência e por razões financeiras, mas também por uma questão político-ideológica. Sob o pretexto da transferência de responsabilidade, da solidariedade voluntária e local, da ajuda mútua, nega-se ao cidadão o direito de políticas estatais universais.

Verifica-se no documento analisado a preocupação do IICA em integrar as mulheres no desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura Familiar, que precisa ser fortalecida de acordo com os preceitos na nova ruralidade, o que exige uma visão territorial e que implica redefinir as funções do Estado, em consonância com as estratégias em curso para a reorganização do sistema capitalista mundial.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos considerar que existe por parte do IICA a preocupação com as relações de gênero, mais precisamente o interesse de incluir as mulheres no processo de desenvolvimento rural sustentável e que a Agricultura Familiar é considerada uma estratégia, o que implica na redefinição do papel do Estado para executar essa e outras políticas que visem esse fim.

A agricultura Familiar tem sido considerada como um fator que impulsiona o desenvolvimento econômico, e já que as mulheres são parte considerável da força de trabalho do setor e detentoras de saberes que contribuem para o desenvolvimento sustentável se tornaram alvos de políticas públicas influenciadas pelas concepções do IICA para a agricultura, que como foi explicitado ao longo desse texto, utiliza-se do discurso da transferência de responsabilidades para a sociedade civil delegando a outros setores funções mais simples e mantendo o controle sobre funções decisórias.

O IICA incorpora em seu pensamento concepções pós-modernas de sociedade ao trabalhar com formulações que valorizam o “novo ator coletivo” no processo de desenvolvimento rural sustentável numa perspectiva territorial, como se não mais



existissem interesses antagônicos entre esses “atores” e “atrizes sociais”, negando, portanto, a luta de classes.

Também é possível perceber que o IICA atua por meio da educação não formal, no sentido de reforçar o discurso sobre os benefícios da participação das mulheres em projetos que visam o desenvolvimento econômico nas áreas rurais, diga-se de passagem, o desenvolvimento capitalista. Por fim, destacamos que neste trabalho apontaram-se considerações introdutórias acerca da temática, identificamos a necessidade aprofundar as pesquisas.

Referências

BUAINAIN, Antônio Márcio. Importância e características da agricultura familiar. In: _____. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006. p. 21- 38.

BUARQUE, Cristina. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: In: MIRANDA, Carlos (org.); COSTA, Cristina (org.). **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 2005. p. 71-89.

BONENTE, Bianca Imbirida; FILHO, Niemeyer Almeida. Há uma nova economia do desenvolvimento? In: ORTEGA, Antonio César (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Alínea, 2007, p. 41-59.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila O. (Org.). **Gestão democrática da educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 15-45.

CLAVAL, Paul. O Território na transição da pós-modernidade. **GEographia**, Vol. 1, n. 2 (1999). Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>> Acesso em: 28 Julho 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Brasília: s/a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 02 Jun. 2015.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



DUARTE, Newton. As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento. In: ____ **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?:** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. São Paulo: Autores Associados, 2008. p. 5-16.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas/SP, n. 20, p. 43-54, junho 2006. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/220>>. Acesso em: 15 Mai. 2015.

FÉLIX, Maria de F. C. **Administração escolar:** um problema educativo ou empresarial. São Paulo: Cortez, 1989.

GONÇALVES, Maria Dativa de S. **Autonomia da escola e neoliberalismo:** Estado e escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HIDALGO, Angela Maria. **Tendências contemporâneas da privatização do ensino público:** o caso do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1998.

HIDALGO, Angela Maria; MIKOLAICZK, Fernanda Aragão. A busca do dissenso para a compreensão das influências dos organismos internacionais no desenvolvimento da Educação do Campo após os anos 1990. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 47, p. 108-121, Set. 2012. Disponível em: Acesso em: 02. Jun. 2015.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA. **Convencion y Reglamentos Basicos.** Washington, D.C., 1979. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/foinstitucional/Documents/Convencion_IICA.pdf>. Acesso em: 09 Mar. 2015.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA. **Modernização da agricultura e cooperação internacional:** 25 anos do IICA no Brasil. Brasília: IICA, 1990. Disponível em: <<http://orton.catie.ac.cr/repdoc/A8702P/A8702P.PDF>>. Acesso em: 09 Mar. 2015.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA. IICA. **Breve historia del IICA:** una aspiración americana. 2012. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/foinstitucional/Documents/Breve%20historia.pdf>>. Acesso em:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



em: 09 Mar. 2015.

LAXALDE, Maria Del Pilar Foti; BASCO, Mercedes Gracciolo. Capital social, economia solidária e desenvolvimento territorial sustentável. In: MIRANDA, Carlos (org.); COSTA, Cristina (org.). **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 2005. p. 91- 129.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Indagações sobre o conhecimento no campo da educação. In: ALMEIDA, M.L.P; MENDES, V.H. (org). **Educação e racionalidade**: questões de ontologia e método em educação. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Antonio. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo**: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. 481 p. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, María Pilar Ribero. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**: visão do território na América Latina e no Caribe. Brasília: IICA, 2005.

Q, Ana Isabel García; M, Enrique Gomáriz. A conceituação de gênero nas políticas de desenvolvimento na época pós- Beijing. In: MIRANDA, Carlos (org.); COSTA, Cristina (org.). **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 2005. p. 13-31.

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para repensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v.5, n.1, p. 121-148, jan-abr/2009. Disponível em: Acesso em: 22 mai. 2015.

SANFELICE, J. Luis. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei (org) **Pós-modernidade, globalização e educação**. Campinas, SP, Autores Associados, 2003.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015